



Lat: 33.256833333333000, Long: -8.502500000000000

El Jadida [Mazagão]

Norte de África, Marrocos

Enquadramento Histórico e Urbanismo

Entre os locais ocupados pelos portugueses na costa do Norte de África, a vila-fortaleza de Mazagão possui um lugar de destaque, constituindo um notável testemunho de arquitetura militar e cidade do Renascimento durante a expansão portuguesa. Hoje inserido na cidade de El Jadida, o conjunto é o elemento fulcral da estrutura e identidade urbanas desta.

Podemos considerar quatro períodos fundamentais da sua história. O primeiro, de finais do século XV a 1514, corresponde ao período em que os portugueses começam a frequentar o local, como porto de comércio e de embarque de cereais, na dependência de Azamor. No segundo, de 1514 a 1541, Mazagão tem a configuração de uma pequena povoação acastelada, ainda ligada a Azamor, mas adquirindo gradual importância e independência. O terceiro, de 1541 a 1769, inicia-se com a construção da fortaleza abaluartada e respectiva estrutura urbana, prolongando-se por mais de dois séculos de presença portuguesa até ao momento da retirada, quando o conjunto é sujeito a um significativo grau de destruição. O quarto período, de 1769 até nossos dias, corresponde à ocupação, apropriação e transformação do conjunto pelos seus novos habitantes, de acordo com as suas necessidades e particularidades culturais.

Do ponto de vista metodológico – tendo em conta a particularidade do percurso histórico do conjunto e as limitações da documentação existente – a abordagem a esta cidade parte de uma análise arquitetónica das próprias estruturas construídas hoje existentes, complementada pelas fontes escritas e gráficas de que temos conhecimento. Entre as fontes gráficas destacamos dois documentos, pelo rigor e interesse da sua informação: a *Planta* de 1611, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Farinha, 1987) e a *Planta* de c. 1720, da autoria de Simão dos Santos, depositada no Instituto Português de Cartografia e Cadastro (Farinha, 1970).

Situado na Duqela, cerca de quinze quilómetros a sudoeste de Azamor, o local de Mazagão começou a ser utilizado pelos portugueses no final do século XV como local de comércio e de carregamento de trigo. Ao contrário de Azamor – que apresentava a desvantagem de possuir uma má ligação, através da barra assoreada e difícil de percorrer do Rio Umme Arrebia – o lugar de Mazagão, aberto para uma ampla baía e com fácil acesso ao mar, possuía boas características para ser utilizado como porto. Em 1513, dá-se a conquista de Azamor e de Mazagão por D. Jaime, duque de Bragança. Após o feito, D. Jaime escreveu ao rei D. Manuel, dando-lhe conta da necessidade de construção de uma fortaleza no lugar de Mazagão, de modo a assegurar as relações marítimas de Azamor. Para além da vantagem de reforçar a proteção da baía e o acesso à cidade de Azamor, o próprio desenvolvimento das relações comerciais no sítio de Mazagão tornava desejável a criação de uma fortificação que permitisse usufruir do porto em segurança.

Entre 1514 e 1541, Mazagão foi uma pequena povoação, constituída pelo castelo manuelino, perto do qual – entre sudoeste e noroeste – se implantava um pequeno aglomerado de construções, que se terá desenvolvido ao longo dos anos, absorvendo o aumento significativo da população da praça.

Os planos de Benedetto da Ravena para a estrutura fortificada continham certamente intenções referentes à estrutura urbana, mas não incluíam o desenho detalhado do tecido urbano (carta de D. João III a Luís Loureiro). O planeamento da malha urbana poderá ter sido realizado por Miguel de Arruda, tendo em conta as indicações deixadas por Benedetto da Ravena, e sujeito a adaptações realizadas durante o período que durou a construção. A primeira cidade ideal do Renascimento fora da Europa, como a define Rafael Moreira, foi pensada como um todo, num processo de concepção moderno e inovador. Nesse sentido, podemos encontrar afinidades com a cidade idealizada renascentista, na tradição de Alberti. Para além de questões estritamente relacionadas com a defesa militar, a estrutura da vila foi alvo de um planeamento racional como resposta a questões específicas de concepção urbana, como os acessos, a estrutura de circulação interior, as ligações entre perímetro fortificado e tecido urbano, a definição de espaços

urbanos, a separação entre zonas funcionais, a localização e escala dos edifícios públicos representativos, a morfologia dos quarteirões ou a definição de infraestruturas. O plano do conjunto deveria ainda assegurar um imprescindível grau de autossustentabilidade em relação ao exterior – que se vai refletir, por exemplo, na dimensão da Cisterna.

São escassos os elementos relativos à malha urbana construída na sequência da conclusão do perímetro abaluartado. Para além da própria estrutura construída existente, submetida a transformações significativas nos últimos dois séculos, restam-nos as fontes gráficas, embora posteriores à data de início da construção. Com pouco mais de cinco hectares, o polígono que limita a malha urbana corresponde ao próprio perímetro fortificado. A racionalidade do conjunto começa na decisão de integrar o preexistente castelo na zona central da nova estrutura urbana, com uma planta de desenho equilibrado, em que o perímetro fortificado se implanta relativamente mais avançado na direção do mar. O castelo, transformado no edifício da Cisterna, passa a constituir o elemento fulcral e estruturante do tecido urbano, à volta do qual este se organiza. Cerca de metade da estrutura foi construída para lá da linha de costa, já dentro do mar, com as consequentes dificuldades de execução das bases das muralhas – assentes diretamente na rocha – e do aterro de uma enorme área, no interior do perímetro, antes submersa. O tecido urbano relaciona-se e adapta-se à forma do perímetro. A organização de ruas e quarteirões parte de uma malha ortogonal paralela ao edifício da Cisterna, articulando-se com relações de paralelismo e perpendicularidade em relação às direções do próprio perímetro fortificado. Podemos encontrar diversas relações geométricas estruturantes da malha urbana. Como acontece com a definição dos eixos longitudinal e transversal, constituídos pela Rua da Carreira e pela Rua Direita; com a coincidência entre a quebra, em ângulo, da cortina sul e o extremo da Rua dos Celeiros, tangente ao edifício da Cisterna. Em termos de distribuição funcional encontramos a concentração central de um núcleo de edifícios públicos representativos em volta da praça de armas, e uma malha de quarteirões com edifícios essencialmente residenciais distribuída pela restante estrutura.

No entanto, esta estrutura urbana idealizada, assente numa organização regular e geométrica dos espaços, parece ter sido parcialmente submetida à decisão de manter e integrar elementos de uma malha urbana preexistente, não planeada. Algumas casas foram demolidas por volta de janeiro de 1542, para a construção do muro fortificado, o que leva a crer que outras tenham sido mantidas no interior do perímetro – provavelmente junto ao Baluarte do Espírito Santo – pelo menos num primeiro momento. Os quarteirões a noroeste do edifício da Cisterna, na zona que se prolongava até ao poço, e a sudoeste na proximidade do Baluarte do Espírito Santo, apresentam uma certa irregularidade, aparentemente relacionada com a sujeição da malha a preexistências. Por outro lado, a morfologia dos quarteirões nordeste e sudeste, em zona atulhada e conquistada ao mar, apresenta uma maior regularidade. Parece provável que parte da pequena estrutura urbana existente, não planeada, tenha sido inserida no novo tecido. A regularidade própria de um plano parece ainda ter sido perturbada pelo próprio processo de construção, que se terá prolongado no tempo. Apesar das fortes intenções estruturantes, parece ter havido uma certa flexibilidade na aplicação da regra a questões práticas e particulares.

A entrada na vila desde o lado da terra, realizada através do Baluarte do Governador, conduzia diretamente ao terreiro que constituía a praça de armas. À esquerda, encontrava-se o Palácio do Governador, símbolo do poder real, à direita a Igreja Matriz e em frente, incluída no edifício da Cisterna, a Misericórdia, instituição que gozava uma situação de privilégio. De acordo com Rafael Moreira, na forma trapezoidal da praça podíamos encontrar o uso da perspectiva como meio de acentuar a ilusão de profundidade. Sobre o reparo era possível percorrer todo o perímetro fortificado, localizando-se as ligações à malha urbana sempre a meio de cada fachada. Todos os edifícios da vila tinham uma altura inferior à da muralha, evitando ser alvo da artilharia inimiga.

Com as primeiras obras de reconstrução, em 1821, quando se instalou na vila uma comunidade judia, iniciou-se um processo de transformação da estrutura urbana por parte dos novos habitantes. Num processo de apropriação característico da cultura muçulmana, muitas ruas sofreram alterações, sendo algumas parcialmente conquistadas pelos edifícios particulares, e outras transformadas em becos. Algumas unidades habitacionais foram agrupadas, outras fracionadas. Acrescentaram-se pisos mais elevados em muitas habitações e foram realizadas construções em ponte ao nível do primeiro piso. A malha urbana perdeu em parte a sua regularidade, adquirindo um carácter um pouco labiríntico, que associamos à estrutura característica de uma medina. Desapareceu o Palácio do Governador, sendo construída no seu lugar a mesquita – que se prolonga, em parte, por cima da antiga praça. Foi destruído o edifício da Misericórdia, tendo ficado à vista o muro que corresponde à antiga cortina sudeste do castelo. A vila ganhou um novo carácter, ligado à cultura e hábitos de vida dos seus novos habitantes.

João Barros Matos

Arquitetura religiosa

Igreja de Nossa Senhora da Assunção

Outras Edificações

Arquitetura militar

Castelo

Cisterna

Fortaleza

Fosso

Equipamentos e infraestruturas

Palácio do Governador

Habitação

Habitação

